



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Mundo do Trabalho.

Lutas sociais por direitos em Campos dos Goytacazes (RJ)

Pollyanna de Souza Carvalho¹
Érica Terezinha Vieira de Almeida²

Resumo: O trabalho, oriundo de pesquisa, tem como escopo central a problematização dos conflitos sociais e mobilizações coletivas ocorridas entre 2000 a 2017, na cidade Campos dos Goytacazes (RJ). Para tal, resgata as heranças sócio-históricas do município, articulando com o debate atual da espoliação da terra, do ambiente e do trabalho, com a presença dos Grandes Investimentos. Esse contexto é acompanhado pela mundialização do capital, nova morfologia do trabalho, avanço dos processos de mercantilização, privatização e destituição de direitos da classe trabalhadora, *vis-à-vis* seus enfrentamentos e lutas.

Palavras-chave: Mundialização do capital; Campos dos Goytacazes; Lutas sociais; Expropriações.

Social struggles for rights in Campos dos Goytacazes (RJ)

Abstract: The work, based on research, has as its central scope the problematization of social conflicts and collective mobilizations that happened, between 2000 and 2017, in the city of Campos dos Goytacazes (RJ). For this, recues the sócio-historical inheritances of the municipality, articulating with the current discuss on the expropriation of the land, the environment and work, with the presence of Great Investments. This context is accompanied by the globalization of capital, new morphology of work, advancement of commercialization processes, privatization and the removal of rights from the working class, in the face of their confrontations and struggles.

Keywords: Globalization of capital; Campos dos Goytacazes; Social struggles; Expropriations.

Introdução

O estudo em tela é proveniente da pesquisa intitulada “Trabalho, Precarização e Resistência na Periferia do Capitalismo: a região Norte Fluminense como cenário” (2017-2019), sendo esta financiada pela FAPERJ e desenvolvida no Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD), da Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Nesta perspectiva, a pesquisa objetivou investigar as ações coletivas, manifestações e grupos

¹ Bacharel em Serviço Social pela UFF de Campos dos Goytacazes/RJ. Mestranda em Serviço Social (ESS/UFRJ). Pesquisadora do NUFSTEV/UFF (Núcleo em Famílias, Sujeitos Coletivos e Territórios Vulneráveis). Foi discente-pesquisadora do NETRAD (Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política). E-mail: pollyannacecf@gmail.com

² Doutora em Serviço Social, Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF/Campos dos Goytacazes/RJ. Coordenadora do NETRAD. E-mail: ericalmeida@uol.com.br

de resistência, seus discursos e estratégias políticas no âmbito regional³, desde a entrada do ano 2000 a 2017, priorizando-se, entretanto, as mobilizações coletivas por direitos sociais ocorridas na cidade Campos dos Goytacazes (RJ).

Através deste objetivo geral, o trabalho versa sobre os conflitos, as lutas sociais e os móveis da classe trabalhadora do município de Campos/RJ, como é comumente chamado. Dedicar-se, também, a articular as raízes sócio-históricas da cidade e os processos recentes de valorização alicerçados na ação das grandes corporações, fundos de investimento e de pensão e do Estado, com a atual conjuntura de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e das expropriações contemporâneas (MOTA, 2017).

Metodologicamente, definiu-se, além da revisão bibliográfica, pela pesquisa hemerográfica via Jornal Folha da Manhã (2000-2017) e pela construção de Cartografias da Ação Social (baseada no Observatório dos Conflitos do IPPUR/UFRJ) da Região Norte Fluminense.

Por estas lentes, ao classificar os resultados da pesquisa, observa-se a emergência de sete grupos sociais em Campos, como o: a) movimento sindical; b) movimento pela reforma agrária, com destaque para o MST; c) movimento identitário (feministas, negros e LGBT); d) movimento estudantil; e) grupos de moradores da periferia da cidade; f) trabalhadores informais (camelôs, perueiros e catadores de recicláveis); por último, g) movimentos políticos “progressistas” e “conservadores”. Estes grupos, tendo respostas políticas – espontâneas ou organizadas –, ao processo de valorização da cidade a partir dos Grandes Investimentos⁴, denunciam o avanço do neoliberalismo e das contrarreformas, a pilhagem dos serviços e direitos sociais, o descaso do poder público durante décadas e, ainda, cobram por melhores condições de trabalho, equipamentos públicos e de consumo coletivo, sendo adversos à espoliação urbana (KOWARICK, 1979) em curso.

Segundo Abramides (2017), estes indícios de expropriação dos direitos sociais na contemporaneidade, comandado pelos agentes financeiros e representantes políticos, requer da classe trabalhadora uma ação unitária de lutas para o retorno dos

³ A Região Norte Fluminense é formada pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu.

⁴ São investimentos públicos e privados de grande porte, em termos de capital, da área e do peso, em valores absolutos e relativos, no segmento a que estão ligados, e da capacidade de impacto no ambiente natural e construído.

direitos desmontados. As lutas dos trabalhadores são desencadeadas para a manutenção dos seus direitos sociais e trabalhistas - com greves, mobilizações e ocupações -, a fim de serem antagônicos à exploração econômica, controle político e opressão de classe, gênero, raça, etnia e orientação sexual. Não obstante, defende Lefebvre (2001), que os violentos antagonismos entre a riqueza e pobreza passam a gerar os conflitos urbanos, lutas de segmentos sociais e de classes, com o objetivo de reforçar o sentimento de pertencer à cidade, especialmente na requisição por direitos.

As mudanças societárias recentes no pós-1970 e suas implicações para a classe trabalhadora: reflexões sobre o caso brasileiro

A experiência vivenciada pelos países centrais, no bojo dos anos de 1970, demonstrou que com a crise do *Welfare State*⁵ (1945-1975), novas metamorfoses relacionadas ao mundo do trabalho, ao padrão de acumulação do capital e ao modelo de resposta estatal, começaram a se gestar. A intensidade de tais ações atingiu, em cheio, o universo dos direitos sociais e a cidadania da classe trabalhadora, em uma nítida percepção do desmanche dos projetos emancipatórios e sociais, acompanhado pelo avanço do neoliberalismo e do Estado penal (WACQUANT, 2008).

Emergiu, assim, um novo modelo econômico⁶, o *monetarista*, que substituiu o keynesianismo-fordismo. Como consequência, nos anos de 1980, o neoliberalismo se constituiu como um novo paradigma e resgatou o velho ideário e dogma do liberalismo clássico, almejando realizar uma verdadeira revolução na economia e nas relações entre capital-trabalho (PEREIRA, 2010, p. 05). Essa relação foi amparada pelo viés de que o mercado deveria retornar a ser, diretamente, o centro da vida econômica e social, em relação a “liberalização e flexibilização do mercado; redistribuição da renda em favor do lucro; desoneração dos governos com a proteção social; adoção de políticas monetárias como reguladoras do equilíbrio macroeconômico” (Ibidem, p. 06).

⁵ Como afirmam Behring e Boschetti (2011), foi uma experiência marcada pela possibilidade de regeneração do capitalismo através do keynesianismo-fordismo, entre os anos de 1945 a 1975, em especial nos países do Norte, com o surgimento do Estado de Bem-Estar Social, o *Welfare State*, demonstrando um programa baseado no pleno emprego e maior igualdade social. Dentre isso, caberia ao Estado produzir serviços públicos e privados, expandir a renda e gerar maior igualdade, no que toca aos serviços e políticas públicas, e, sobretudo, possuir uma responsabilidade ativa na administração macroeconômica, seja via produção e regulação das relações econômicas e sociais (Idem, 2011).

⁶ Rememora-se, ainda, a crise do petróleo em 1973 e a crescente elevação do valor deste produto (PEREIRA, 2010, p. 05).

Segundo Iamamoto (2008, p. 106-107), o cenário produtivo mundial perpassou por um processo de reestruturação da economia, sob a ótica do capitalismo financeiro, redimensionando os Estados nacionais e a “questão social”. Este clima de mundialização do capital foi e continua sendo favorecido, de fato, por uma aliança entre os grupos industriais e os grupos financeiros (fundos de pensão, bancos, companhias de seguros, instituições financeiras de aplicações coletivas e fundos mútuos), momento em que se encontra o controle da acumulação capitalista, além de intervir na economia, cultura e sociedade, com o apoio dos Estados nacionais. Complementa Chesnais, que a mundialização é corolária de duas dinâmicas inter-relacionadas:

O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Nestes meandros, Antunes (2010, p. 181-183) pontua que se aprofundou o descarte da mão de obra barata, desemprego, terceirização, precarização do trabalho e desmonte dos direitos sociais da classe trabalhadora. Nesta direção, com a retração do padrão de organização fordista alinhado ao *Welfare State*, se reconfigurou não apenas o mundo do trabalho, mas também, as ações estatais. Para tanto, percebe-se que com o uso da força e da violência, o Estado, como aborda Wacquant (2008), passou a atuar sob as bases do projeto neoliberal de desregulamentação e precarização do setor público, tendo como objetivo central implantar uma política de criminalização da pobreza, que é um fator indispensável à abertura de ofertas de trabalho desqualificadas e mal remuneradas, recaindo este déficit sobre a classe trabalhadora. Do mesmo modo,

[...] Sua missão é vigiar e subjugar, e se necessário reprimir e neutralizar, as populações refratárias à nova ordem econômica que segue uma divisão do trabalho por sexo, com o seu componente penal voltando-se sobretudo aos homens e o componente assistencial exercendo sua tutela sobre as mulheres e crianças (desses mesmos homens). Ao manter a tradição política americana estabelecida durante a era colonial, esse corpo institucional formado e *in statu nascendi* é caracterizado, por um lado, pela interpenetração entranhada entre os setores público e privado e, por outro, pela fusão das funções de estigmatização, reparação moral e repressão do Estado [...] (WACQUANT, 2008, p. 15).

Se alinha ao panorama, ainda, as estratégias do sistema capitalista para condicionar as normas da fábrica e/ou empresa para a classe trabalhadora. O circuito realizado pelos trabalhadores tende a ser circunscrito à uma ação imediata, rotineira e

cotidiana, fazendo-se surgir o pragmatismo e um trabalho alienado, diante da acumulação flexível (HARVEY, 2009), com ausência de criticidade perante o real e de sentido teleológico, quando se projeta resultados e finalidades humanas. Não haveria de ser diferente, para Simionatto (2009), que os aparelhos privados de hegemonia e o Estado na concepção de “educar o consenso”, intensificaram o processo de coisificação dos humanos e personificação da mercadoria (IAMAMOTO, 2008), enquanto lógica lucrativa para a esfera privada, especialmente na égide neoliberal.

Observa-se, neste fluxo de raciocínio, que as transformações produtivas e societárias no pós-1970 impactaram de forma divergente a conjuntura de cada país capitalista do globo, já que se presencia um desenvolvimento desigual e combinado (LOWY, 1995). As regiões periféricas e subordinadas, reféns de múltiplas ações financeiras devido ao mercado interno, matérias-primas e mão de obra baratas (CHESNAIS, 1996), são marcadas pela desigualdade do ritmo, retratando a história dos países, impreterivelmente dos “atrasados” e os seus destinos na mundialização do capital, onde a periferia é cerceada a avançar em prol das benesses e da primazia dos países centrais (LOWY, 1995, p. 73).

Como produto deste cenário, o caso brasileiro demonstrou que após o ano de 1990, consolidou-se uma economia sob as marcas da financeirização, momento no qual a produção e reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias se tornaram um potencial obstáculo, sobretudo das camadas empobrecidas. Uma vez que ocorreram cortes no âmbito social, avançou-se o processo de mercantilização, globalização e privatização, focalizou-se as políticas públicas, e a nova morfologia do trabalho *pari passu* à superexploração da classe trabalhadora, se fez presente de forma mais gravosa na periferia do capitalismo (CARVALHO, 2019). Isto é, especialmente após a absorção dos princípios neoliberais propostos pelo Consenso de Washington (1989), para garantias lucrativas dos representantes da “santíssima trindade do capital”, liderada pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) (IAMAMOTO, 2008).

Vale recordar que, na contratendência da dinâmica neoliberal no Brasil, os movimentos sociais, sindicais, populares, do campo e estudantil, aspiravam os direitos sociais e a cidadania, contra os ditames da modernização conservadora e exclusão dos grupos subalternos da sociedade e participação política. Inscreveram agendas de mobilizações para pressionar o Estado, a fim do nascimento de uma nova constituinte

que representasse os anseios da classe trabalhadora por qualidade de vida, liberdade de pensamento, direitos e políticas públicas, o que fez, diante disso, surgir a Constituição Federal de 1988/CF 88. No entanto, estes sujeitos sociais não esperavam que iriam gozar do contexto democrático por pouco tempo, já que aconteceram múltiplos ataques conservadores e de cunho neoliberal à Carta Cidadã, atuando para a “contrarreforma” do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), num desmanche dos projetos emancipatórios e dos ganhos sociais da classe trabalhadora.

Por esta ótica, Harvey (2009) lembra que acontece com mais intensidade na periferia capitalista o processo em que “a devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças há anos de dura luta de classes ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação [...] em nome da ortodoxia neoliberal”. Isto se explica por meio da acumulação por despossessão, realizando-se a partir da destruição dos recursos ambientais e dos habitats; na mercantilização das terras e dos serviços públicos; na privatização dos bens públicos; na retirada dos direitos sociais e, sobretudo, os direitos mensurados ao trabalho; além de liberar uma série de ativos, englobando a força de trabalho, a custo demasiadamente baixo (e, em algumas situações, zero) (Idem, 2009).

Em decorrência deste cenário, percebe-se a apropriação do setor privado do que é de caráter público – como acontece com o fundo público⁷ -, o desmonte da Seguridade Social, o aumento desenfreado da violência na área rural e urbana, as expropriações e remoções urbanas, bem como a desqualificação das resistências e militarização dos conflitos. Sem contar ainda, a propagação do discurso conservador e de ódio contra os grupos subalternos, estrangeiros, população LGBT, negros, simpatizantes das causas sociais, religiosos, moradores de favelas, entre outros segmentos sociais ou entidades de defesa dos direitos humanos.

Não restam dúvidas que estes fatores passaram a reger o recrudescimento da desigualdade social e precarização das condições de vida dos trabalhadores brasileiros, o que não impediu, entretanto, a emergência de suas lutas⁸, denunciando o descaso do poder público e as novas modalidades de deterioração dos meios de trabalho e

⁷ Segundo Salvador (2010), o fundo público é utilizado para o pagamento das dívidas públicas das instituições financeiras, em detrimento de verbas e investimentos para a própria Seguridade Social da CF/88 (Ver: SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BEHRING, Elaine et alii (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez editora, 2010).

⁸ Sublinha-se a participação nos espaços públicos de direitos e negociações, como os Fóruns, Conferências, Conselhos e Congressos.

sobrevivência. Para Mota (2017), este panorama foi e, continua sendo, um reflexo das expropriações contemporâneas, já que combina a macro-atuação estatal no parâmetro econômico, mercantilização das políticas, desemprego estrutural e a precarização das condições de trabalho.

Lutas sociais e mobilizações coletivas por direitos em Campos dos Goytacazes (RJ)

A leitura desta conjuntura incide, diretamente, na cidade de Campos dos Goytacazes⁹, localizada na mesorregião Norte Fluminense/RJ, uma vez que este município se inseriu no novo padrão de acumulação do capital. Após o ano de 1970, verificou-se novos investimentos em relação à produção de petróleo na Bacia de Campos¹⁰, que ocasionaram influências na microrregião de Macaé, Quissamã e São João da Barra – municípios adjacentes à Campos. Assim, o setor de petróleo passou a ser um fator decisivo para a vida social e econômica em nível nacional e local, ancorado também em outros âmbitos como a economia urbana terciária, o aumento do capital imobiliário, olarias, a pesca artesanal, etc (SILVA; RAINHA, 2014, p. 46), o que não deixou, entretanto, de desencadear conflitos sociais e processos de destituição de direitos dos trabalhadores. Mais tarde, o município teve mais notoriedade, graças ao aumento exponencial do seu orçamento a partir de 1989 e com a Lei do Petróleo, de 1997¹¹.

Ante a isso, historicamente, Cruz (1992) complementa que da década de 1970 até 1991, a população urbana de Campos cresceu 89,19%, enquanto a população rural decresceu 51,59%. Em 1991, averiguou-se que 83,60% da população vivia na área urbana e apenas 16,40% vivia na zona rural. Fato este que se explica por intermédio da modernização agrícola da cidade (1940-1970), fazendo ocorrer o processo de assalariamento, expropriação e expulsão dos trabalhadores do campo para as cidades, além do que o mesmo autor pondera como a estagnação dos níveis de produção e de

⁹Projeção estimada em 2019 de 507.548 habitantes.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 12 de fev. 2020.

¹⁰No ano de 1974, descobriram um largo lençol petrolífero na área de Garoupa, na plataforma continental situada na Bacia de Campos. Sendo assim, o município arrecadou muitas receitas provenientes deste setor – royalties -, visto que a referida cidade é a maior produtora de gás e petróleo do Brasil, como também, forma as maiores rendas advindas desse setor (SILVA; RAINHA, 2014, p. 46).

¹¹Intitulação atribuída aos municípios produtores de petróleo sem instalações físicas ou atividades produtivas da indústria de exploração e produção de petróleo e que, ao mesmo período, são extremamente dependentes das rendas privilegiadas que obtêm.

produtividade da lavoura, bem como as mutações nas relações produtivas (Ibidem, p. 160-161). Em 1980, ainda, a indústria sucroalcooleira começou a declinar, se arrastando até a entrada do século XXI. Desta forma, o trabalhador rural, tendo que arcar com a sua moradia e serviços sociais para a sua reprodução social, encontrou um mercado de trabalho delineado pela informalidade dos vínculos, pelo desemprego nacional e local, pelos baixíssimos salários e pela ausência de proteção social ofertada pelo Estado e poder público.

Apregoam Cruz, Terra e Almeida (2016), que a presença dos Grandes Investimentos em Campos, com a implantação do Complexo E&P na Bacia de Campos, ocasionou consequências positivas no tocante à geração de emprego e de renda, sobretudo, das rendas petrolíferas e participações especiais. Todavia, o E&P é responsável, também, por um conjunto de impactos altamente desestruturantes no que concerne às atividades econômicas, ao ambiente, à infraestrutura urbana, ao acesso a direitos e à sociabilidade urbana.

Implícito à discussão se encontra a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Açú¹², no início do século XXI, atualmente, de propriedade de um Fundo de Investimento Americano, o EIG (*Energy, Investment Group*), no município de São João da Barra (SJB), e o Complexo Logístico e Portuário de Farol-Barra do Furado, que têm sido reconhecidos como canais da especulação¹³ imobiliária em Campos. De fato, a cidade vem sendo atingida por tal especulação, fazendo com que milhares de famílias, agricultores, fazendeiros, pescadores e moradores deixem suas moradias para a inserção de hotéis, condomínios fechados, shoppings e outros estabelecimentos relacionados aos comércios. As repercussões têm sido observadas tanto em processos de desestruturação dos espaços públicos, com o andamento da mercantilização e privatização, quanto na inscrição de novas remoções urbanas e problemas relacionados ao transporte, moradia, saúde, educação, entre outros, sendo dilemas denunciados pelos grupos subalternos das localidades periféricas durante décadas.

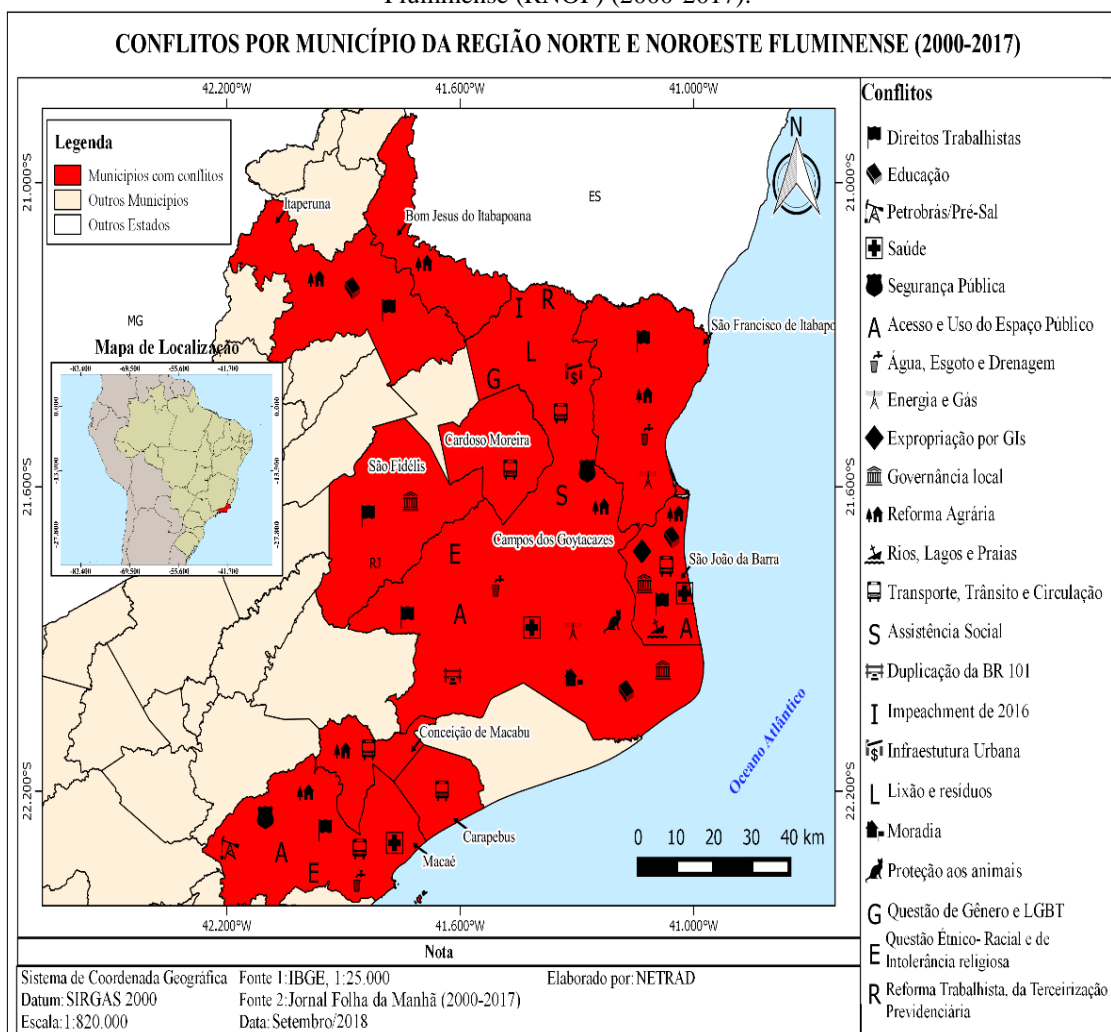
Frente a esta dinâmica, Barcelos (2015) expõe que é possível compreender

¹²Este Porto disponibiliza soluções de infraestrutura para o setor de óleo e gás, sua principal atividade desde os acidentes envolvendo o mineroduto responsável pelo transporte do minério de ferro de Minas Gerais até o Porto do Açú em SJB.

¹³Relembra-se que, após o quadro da crise da indústria sucroalcooleira na década de 1980 e o contexto da modernização agrícola, além de acirrar os antagonismos entre o capital e trabalho, deixou as terras improdutivas e inférteis, fator que passou a acarretar a especulação imobiliária na cidade de Campos (BARCELOS, 2015).

que este palco foi decisivo para a consciência de classe e organização de cunho político dos trabalhadores da cidade de Campos. Desde a década de 1990, emergiram não somente lutas e resistências relacionadas aos direitos trabalhistas, mas pela reforma agrária, pelas terras ociosas, pelo alcance das usinas estagnadas e/ou falidas, por melhores condições de vida e de trabalho. A partir desse período, de 1996 à 2006, ocorreram diversos conflitos vinculados à terra e a expansão de ocupações de fazendas, mediatizadas pelo MST; segundo pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado do Rio de Janeiro (FETAG); e terceiro pela organização dos trabalhadores da zona rural e urbana, na qualidade de precarizados, assalariados, ex-colonos, residentes de cortiços e/ou periferias e trabalhadores temporários (Idem, 2015).

Figura 1: Cartografia dos conflitos por município da Região Norte (RNF) e Noroeste Fluminense (RNOF) (2000-2017).



Fonte: NETRAD/UFF (2018).

Não é por acaso que no espaço-temporal da pesquisa realizada no NETRAD, entre 2000 a 2017, observou-se diversos atores sociais que se mobilizaram em prol de seus direitos sociais e políticos, especificamente em Campos, em uma conjuntura de avanço neoconservador e neoliberal, evidenciando o aprofundamento do poder local tanto no descaso das demandas que não foram atendidas durante anos, quanto no estabelecimento de possíveis atitudes ancoradas nas raízes excludentes e elitistas da cidade, em relação à uma modernização “pelo alto”.

Nas demonstrações dos conflitos sociais por município da RNOF e RNF, nota-se que o município de Campos será marcado por ocupações, mobilizações coletivas, greves, paralisações sindicais de diversas categoriais profissionais e sujeitos coletivos, desde o início do século. Dentre as lutas sociais, destaca-se o MST nas ocupações das terras improdutivas, nos protestos denunciando a reintegração de posse em favor dos latifundiários, reivindicando agilidade nos processos de desapropriação e do crédito agrícola e para moradia. Desde a primeira ocupação do MST em Campos, em 1997, nas terras da falida Usina São João, foram inúmeras as ocupações e manifestações, durante toda a primeira década do séc. XXI, em municípios da RNF (Campos, Conceição de Macabu e São Francisco do Itabapoana).

Integra ao contexto outros sujeitos coletivos que voltam à cena pública, que são os trabalhadores rurais e da indústria, cobrando seus direitos, particularmente, os direitos trabalhistas, já que foram expropriados pelas Usinas (Sapucaia, Cupim, Santa Cruz, São João e Paraíso) em seu processo de falência, em especial, das últimas Usinas em funcionamento entre os anos de 2000–2010. Além dos salários atrasados, os trabalhadores reivindicavam seus direitos trabalhistas (FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), além de denunciarem a prática do trabalho em situação análoga à escravidão em algumas dessas Usinas.

Com enfoque nas greves e paralisações sindicais desde o ano 2000, se encontram os trabalhadores dos sindicatos ligados ao setor público e privado, compreendidos como funcionários (municipais, estaduais e federais). Estes sujeitos sociais, claramente, reivindicaram a regularização dos salários e os direitos trabalhistas, se colocando contra a terceirização e reformas estatais, não os isentando da denúncia de ausência de segurança e infraestrutura nos espaços sócio-ocupacionais.

Destaca-se, ademais, a forte presença dos professores, técnicos e profissionais da área educacional da cidade de Campos. As demandas deste público se

vincularam desde em que compreende-se que “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”, nas sábias palavras de Darcy Ribeiro¹⁴, às condições de trabalho e de reprodução social, enquanto trabalhadores. Isto porque há falta de repasse de verbas para a educação, ausência de reajuste salarial, redução de funcionários paralelamente à ausência de infraestrutura decente, carência de abertura de concursos públicos e Plano de Carreira com gratificações. E, sobretudo, pela desconstrução da Política Pública de Educação nos três níveis de governo, especialmente nos governos estaduais de Garotinho (1998-2002), Rosinha (2002-2006) e Cabral (2006-2010).

Perante essa situação de precarização das políticas públicas e de restrição dos direitos, não deixar-se-ia de relatar a luta árdua do movimento estudantil desde o ano 2000. Este se ampara nos estudantes universitários, secundaristas representados pela Federação dos Estudantes de Campos (FEC), pelo Movimento Unificado Sindical, Social e Estudantil do NF (MUSE) e pela União da Juventude Socialista (UJS), em oposição a degradação do ensino público, por mais recursos e funcionários para as escolas e Universidades, pelas bolsas de iniciação científica e de pós-graduação, pelo passe livre, pelo bandejão e pela defesa da Política de Assistência Estudantil.

Cabe sinalizar que na zona urbana, pautada pelas estratégias de sobrevivência numa onda de desemprego, emergiu a luta dos trabalhadores informais. O primeiro deles são os conflitos protagonizados pelos perueiros, a favor da regularização do transporte alternativo, desde 2001 até hoje, contra concorrência de veículos de passeio e fiscalização do município. Como também a manifestação dos artesãos e, mais tarde, dos camelôs contra a sua retirada do centro da cidade e do camelódromo, respectivamente, denunciando a privatização do espaço público e os interesses dos comerciantes, importante força política local. Vale ponderar a luta dos catadores de materiais recicláveis em uma reivindicação de ação assistencial imediata e de uma nova alternativa de trabalho em Campos.

Outros conflitos urbanos foram protagonizados pelos moradores de periferias, concentrando-se no centro do subdistrito de Guarus de Campos e nos distritos da cidade. As mobilizações frequentes são por transporte, infraestrutura urbana, saneamento, saúde, educação, moradia e segurança pública. Tal processo indica a necessidade que a cidade tem de implantar uma política de segurança pública mais

¹⁴ Foi um grande pensador, defensor dos direitos sociais - especialmente a educação -, antropólogo, escritor e político do Brasil, entre o ano de 1922 a 1997.

eficaz e planejada, além de um planejamento urbano qualitativo, essencialmente em relação à efetivação dos direitos sociais fundamentais dos cidadãos, conforme preconiza a própria CF/88 e o Estatuto da Cidade (2001).

Neste panorama urbano e de expansão de atitudes conservadoras, desde o ano de 2013 na cidade, surgiram os movimentos políticos “progressistas” e “conservadores”, nas ações das famílias de classe média-alta, da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC) e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campos (CDL), pelo pró-*impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e contra a política econômica e fiscal.

Cumpre assinalar, também, as mobilizações do movimento identitário (feministas, negros e LGBT). O movimento feminista, representado pela Marcha das Vadias, pelo protagonismo do Coletivo Feminista do IFF, pelo Conselho Municipal de Direitos da Mulher, do Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher, denunciou a violência, o machismo, o sexismo e a PEC¹⁵ 181 de criminalização ao aborto. O movimento negro, não obstante, representado pelos membros do Movimento Negro Unificado (MNU), da Escola de Arte e Cultura População Mãos Negras, Coletivo Negro Mercedes Baptista da UFF, Coletivo Negro José do Patrocínio da UENF e Fórum de Religiões Afro-Brasileiras (FRAB), denunciou a intolerância religiosa e as práticas de racismo nas escolas e no comércio da cidade. Emergiu também o movimento LGBT, na forma da 9ª Parada do Orgulho LGBT, do Coletivo Gaytacazes e o Coletivo do IFF, visto que a cidade foi acompanhada pela homofobia do Governo de Garotinho e ausência de efetivação dos direitos civis.

Conjuga ao exposto o questionamento se todos os sujeitos coletivos conseguem acessar o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), com possibilidades de encontros, participação política e democratização dos espaços públicos, em Campos. Uma vez que com a implementação dos Grandes Investimentos comandados pelos processos de especulação imobiliária, pelos negócios das grandes incorporadoras e dos fundos de investimentos, aprofundou-se o processo de mercantilização e privatização da cidade, além da intensificação da segregação socioespacial dos grupos subalternos.

No entanto, é bom reconhecer que ainda estão vivos e ativos os sujeitos coletivos em Campos que, no olhar de Sader (2001, p. 10-11), fazem “parte de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais

¹⁵ Refere-se à Proposta de Emenda à Constituição.

seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. Dessa forma, surge um novo protagonista coletivo inserido em espaços políticos novos, donde se partilha a experiência cotidiana, constituindo uma nova prática ao repensar sobre a criação de direitos através da consciência de interesses e vontades próprias (p. 10-11). Neste contributo, Green (2016, p. 57) aborda que é somente pelo desenvolvimento de uma consciência crítica e histórica aliada à organização política revolucionária, que os grupos subalternos podem superar sua subordinação neste contexto. Por isso, para ele, a importância da educação, democracia, cultura e organização, além da superação dos limites da espontaneidade e transformação de suas condições, via vontade e organização coletiva dos trabalhadores.

Conclusão

O cenário exposto descortinou que após a crise do capital, no ano de 1970, ocorreu uma retração do padrão de consumo, do emprego, de políticas e programas sociais, além da intervenção estatal na economia e sociedade. O modelo de aparelho estatal que passou a vigorar alinhou-se ao Estado penal (WACQUANT, 2008), em uma batalha contra os “subversivos” ao sistema, aos ativistas pelas causas sociais e, ainda, se inclinou à grande onda de encarceramento na América Latina, palco de profundas repercussões como periferia do capital e violações de direitos humanos, sob o pretexto de insegurança social. A partir disso, pode-se compreender como o Estado, no caso brasileiro, via avanço neoliberal, além das contrarreformas implementadas, passou a criminalizar e desqualificar as lutas e as mobilizações coletivas.

Como foi visto, a crise nacional que assolava o país operou junto à crise da agroindústria da cidade de Campos, aumentando-se o êxodo rural, desemprego local e a quantidade de trabalhadores sem amparo de trabalho e garantia protetiva, já que o poder público local não ofertou serviços nem políticas públicas. Tais processos degradantes para os trabalhadores não se tornaram diferentes após a implementação dos Grandes Investimentos, visto os impactos negativos na esfera privada e pública dos seus itinerários de trabalho e sobrevivência.

Na contramão destes eventos de expropriações, tem-se a notoriedade de vários conflitos sociais pressionando o poder público e cobrando por direitos e melhores condições de vida. Decerto que os conflitos também ocorreram em função do avanço da acumulação por espoliação (HARVEY, 2009), o que tem derrocado com os direitos do

trabalho, moradia, terra, serviços e políticas sociais.

Corrobora-se neste fluxo de raciocínio, que a agenda das mobilizações coletivas da classe trabalhadora precisa ser ativa e propositiva para o planejamento e negociação das demandas, como forma de exercer pressão sobre o poder público e o Estado, sobretudo quando se trata da participação na esfera pública e de controle social. As resistências contemporâneas precisam participar dos espaços democráticos de direitos para a construção de uma cidadania cotidiana, pautada na consciência de “classe para si” e do “bom senso”, delimitado pela criticidade das condições de vida dos grupos subalternos.

É necessário que estes atores se tornem os intelectuais orgânicos capazes de fazer da política e dos espaços públicos *locus* de democracia e articulação dos projetos, em um contexto de novas possibilidades de debates e de pluralismo entre os representantes políticos e a população. Importa, por fim, que ação coletiva dos trabalhadores possa romper com o pragmatismo, revelando que o cotidiano de lutas seja ressignificado e reiventado a cada momento, especialmente quando se trata de defender os direitos humanos negados pelo avanço do neoliberalismo e do Estado penal (WACQUANT, 2008).

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago., 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **Estudio de Caso – A luta pela terra/território no Norte do Estado do Rio de Janeiro:** a formação dos assentamentos rurais de reforma agrária. 2015. Disponível em: <https://porlatierra.org/docs/eec9ad2181b84ec5adb749dd0adeb2f7.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** Fundamentos e História. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CARVALHO, Pollyanna de Souza. Família, Serviço Social e Política de Assistência Social na contemporaneidade. *In:* JORNADA NORDESTE DE SERVIÇO SOCIAL. Pernambuco/Recife. **Anais da 5ª Jornada Nordeste de Serviço Social.** Pernambuco/Recife. 2019.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Editora Xamã: São Paulo, 1996.

CRUZ, José Luis Vianna. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, p. 159-177, 1992.

CRUZ, José Luis Vianna da; ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de; TERRA, Denise. (Des) integração periférica e espaços regionais globalizados. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA RII. Monterrey/Mexico. **Anais do XIV Seminário Internacional de la RII: crisis mundial y financiarización: impactos urbanos y territoriales**. Monterrey/Mexico, 2016.

GREEN, Marcus E. **Gramsci e as lutas subalternas hoje: espontaneidade e organização política**. 2016. Disponível em [:http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/material/1459896903Green_As_lutas_subalternas_Bianchi.pdf](http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/material/1459896903Green_As_lutas_subalternas_Bianchi.pdf). Acessado em 20 mar. 2018.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, 18, p. 73-80, out./1995.

MOTA, Ana Elizabete. **Sobre as expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões**. *In*: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917). Niterói: NIEP-MARX, v.1, p. 01-12, 2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política Social do Segundo Pós-Guerra: Ascensão e Declínio. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, n. 10, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SILVA, Cátia Antônia; RAINHA, Felipe Andrade. A produção social do espaço e do tempo da modernização: desafios analíticos para a compreensão do município de Campos dos Goytacazes. *In*: BERNARDES, Julia A.; SILVA, Cátia A. da. (Orgs). **Modernização e Território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense**. Lamparina, p. 42-55, 2014.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

WACQUANT, Loic. O lugar da nova administração da pobreza. **Novos estudos**

Cebrap. p. 09-19, 2008.